



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACORDAO Nº 35/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**1-Processo TCE nº 10246/2013.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anuais.

**3-Órgão/Entidade:** Fundo Municipal de Saúde de Beruri.

**4- Exercício:** 2012.

**5-Responsável:** Sr. João Batista Lima de Oliveira, Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Beruri.

**6-Unidade Técnica:** DICAMI– Relatório Conclusivo nº 02/2013 (fls. 86/97).

**7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 208/2013-MPC-RCKS do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 98/103).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas. Fundo Municipal de Saúde de Beruri. Exercício 2012.

*Revelia. Contas Irregulares. Determinação ao Fundo Municipal de Saúde de Beruri. Multa ao responsável. Prazo. Autorização da Instauração de Cobrança Executiva.*

**9– ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas,

**9.1- À unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

**9.1.1- Considerar** o responsável, Sr. **João Batista Lima de Oliveira, REVEL**, nos autos do processo de prestação de contas (Processo n.º 10.246/2012), em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 3º, da Lei n.º 2.423/96;

**9.1.2- JULGAR IRREGULAR** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde Beruri, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. **João Batista Lima de Oliveira**, presidente do fundo e Ordenador de Despesas, com fulcro no art. 71, II, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei n.º 2423/96, face às impropriedades constatadas pelo distinto Órgão Técnico e pelo douto Ministério Público Especial junto a este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e não sanadas pelo responsável;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACORDAO Nº 35/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 10246/2013 (fls. 02).

**9.1.3- Aplicar MULTA** ao responsável pelas Contas, Sr. **João Batista Lima de Oliveira**, presidente e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Beruri, conforme preconiza o art. 1º, XXVI, da Lei n.º 2.423/1996 e o art. 5º, XXVI, a Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, no valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2423/96 (Lei Orgânica) e com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, em virtude das graves infrações às normas legais e contábeis citadas na Proposta de Voto do Relator;

**9.1.4- Determinar** que o Fundo Municipal de Saúde de Beruri observe com maior rigor os itens constantes na fundamentação da Proposta de Voto do Relator, sob pena de irregularidade das contas e aplicação de multa, por reincidência, conforme art. 22, § 1º, da Lei n.º 2.423/96;

**9.1.5- Determinar**, ainda, que a próxima Comissão de Inspeção verifique in loco se as falhas observadas já foram devidamente corrigidas ou se as mesmas permanecem, como forma de verificação de reincidência;

**9.2- Por Maioria**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, no sentido de:

**9.2.1- Aplicar MULTA** ao responsável pelas Contas, Sr. **João Batista Lima de Oliveira**, presidente e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Beruri, conforme preconiza o art. 1º, XXVI, da Lei n.º 2.423/1996 e o art. 5º, XXVI, a Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, no valor de **R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos)**, por mês de atraso, **totalizando R\$ 13.152,36 (treze mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos)**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, em razão do atraso na remessa da movimentação contábil, via ACP, de janeiro a dezembro;

**9.2.2- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres estaduais do valor total das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM. Observando-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM);

**9.2.3- Autorizar** desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

*Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.*

**10-Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11-Data da Sessão:** 15 de janeiro de 2014.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACORDAO Nº 35/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

**Processo TCE nº 10246/2013 (fls. 03).**

**12-Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

**12.1-Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal Pleno:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral